

## A Eclesiologia em João Calvino

LUÍS DE MATOS  
Pastor

Este ensaio pretende apresentar o ponto de vista eclesiástico do reformador João Calvino que, segundo Justo L. González, foi “o mais importante sistematizador da teologia protestante do século XVI”<sup>1</sup>. Para tal, nada melhor do que apresentar o seu maior trabalho – a Instituição da Religião Cristã – de uma forma sistemática. Esta é a fonte primária, por excelência, ainda que, sempre que se justifique, procure nos seus sermões algum tipo de complementaridade. As fontes secundárias servirão acima de tudo para dar alguma estética ao trabalho, mas não se esqueça o leitor que o que se pretende é oferecer o próprio Calvino.

---

### *Instituição da Religião Cristã (IRC)*

---

Segundo Cottret, “na Instituição entra-se como numa catedral, uma espécie de gigantesco edifício no qual a sucessão de palavras, parágrafos e capítulos testemunham a glória de Deus e a empresa dos homens”<sup>2</sup>. A primeira edição da obra remonta a 1536 e contava com seis capítulos. Esta foi precedida por uma carta ao rei Francisco I, de França, considerada por B. Foster Stockwell<sup>3</sup>, uma obra-mestra da literatura apologética protestante. O prefácio dirigido ao monarca transformou uma simples confissão de fé numa defesa da Reforma, ou seja, “a Instituição já não tem meramente fins pedagógicos e confeccionais, mas reclama abertamente o reconhecimento público da fé protestante”<sup>4</sup>. Contudo, não o faz em nome de uma tolerância religiosa, mas sim da verdade eterna transmitida aos seres humanos pelos profetas e por Cristo.

---

<sup>1</sup> González, 1994, pág. 71.

<sup>2</sup> 2002, p. 291 s.

<sup>3</sup> in IRC, 1958, p.11.

<sup>4</sup> B. Foster Stockwell in IRC, 1958, p.12.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

Esta edição foi revista por Calvino três anos mais tarde, onde acrescentou um ponto patrístico. Escrita em latim, a obra possibilitou novos desenvolvimentos a temas como a justificação pela fé, a crítica do mérito das obras, a liberdade cristã, o baptismo infantil e a predestinação. No total contou com mais onze capítulos que a sua precursora<sup>5</sup> e, segundo Cottret, correspondeu à constituição de uma Igreja Reformada ou Calvinista<sup>6</sup>. Calvino apresentou, assim, uma obra mais coerente e sistemática onde os pais da Igreja, os teólogos da Idade Média e os filósofos clássicos, têm um lugar privilegiado<sup>7</sup>. Em 1541 essa edição foi traduzida para francês.

A última e definitiva grande revisão da Instituição foi a versão de 1559 (em latim, traduzida para francês em 1590). A nova versão manteve os princípios arquitectónicos da de 1539, mas acrescentou a divisão em quatro Livros, a saber: i) do conhecimento de Deus enquanto criador e supremo governador de todo o mundo, ii) do conhecimento de Deus como redentor em Cristo, conhecimento que primeiro foi manifestado aos patriarcas debaixo da Lei e depois a nós no Evangelho; iii) da maneira de participar da graça de Jesus Cristo. Frutos que se obtêm dele e efeitos que se seguem; iv) dos meios externos ou ajuda de que Deus se serve para chamar-nos à companhia do seu Filho, Jesus Cristo, e para manter-nos nela. “A partir deste momento, Cristo está no centro do dispositivo”<sup>8</sup>.

### *Eleição e Santidade da Igreja*

Para Calvino a Santidade de Deus permite-O ficar livre de toda a corrupção e mudança, e isso é o que o separa do ser humano. A sua santidade faz d’Ele a ‘essência incompreensível, uma potência imensa e uma eterna imortalidade’<sup>9</sup>. Logo, não é legítimo acomodá-lo à nossa razão humana. Como consequência, o ser humano não tem o direito de pedir explicações dos actos de Deus porque se o fizesse estaria à procura de ‘algo superior e mais excelente que a vontade de Deus, impossível de encontrar já que essa vontade é a causa de toda a justiça’<sup>10</sup>. Como refere Lecerf, “Ele é a sua própria lei, no sentido em que os seus

<sup>5</sup> François Wendel, 2002, p. 114.

<sup>6</sup> 2002, p. 292.

<sup>7</sup> François Wendel, 2002, p. 115.

<sup>8</sup> Bernard Cottret, 2002, p. 292.

<sup>9</sup> IRC, 1981, III, XX, 40.

<sup>10</sup> IRC, 1981, III, XXIII, 2.

actos estão sempre de acordo com a perfeição da sua essência, de sorte que a vontade de Deus é o fim de toda a discussão, ainda que as suas razões nos sejam desconhecidas”<sup>11</sup>.

O que Deus nos exige está contido na Lei e ao cumpri-la, cada um será considerado justo. Contudo, Calvino está consciente de que a Lei, por si só, não é mais do que uma ‘regra de bem-viver’ e que sem ‘a pura bondade de Deus’, que perdoa as faltas e os pecados, a observância da Lei jamais ocorreria no ser humano<sup>12</sup>; porque ‘em Deus há uma justiça mais alta, uma majestade oculta com uma justiça que nós não compreendemos’<sup>13</sup>. Assim, o Evangelho torna-se “uma manifestação maior e mais clara” da Lei porque “Jesus Cristo abriu para nós, em si mesmo, uma inestimável corrente de graça”<sup>14</sup>. Em resumo, Deus é santo não só por estar afastado do mundo, mas porque santifica o ser humano quando o une ao seu Filho<sup>15</sup>, separando-o do mesmo mundo, retirando-o do pecado e do domínio de Satanás<sup>16</sup>.

‘Na eleição encontra-se o começo da santificação. O povo foi herdade sagrada porque Deus se dignou a elegê-lo por pura graça’<sup>17</sup>; um gesto que é parte integral do plano de Deus. Tendo por meta a santidade (Ef.1:4), a eleição ‘deve despertar-nos e estimular-nos a empregar alegremente a santidade, porque o Homem é eleito para poder exercer o bem’<sup>18</sup>. A eleição não é, então, uma sequência dos méritos humanos<sup>19</sup> porque “se Deus nos escolheu para sermos santos, então não nos escolheu por ter previsto que seríamos”<sup>20</sup>. Mas essa eleição é gratuita e vem da bondade de Deus, logo a consequência da santidade de Israel e da Igreja vem do amor de Deus e da eleição divina<sup>21</sup>.

Em resumo, a Igreja visível é santa porque Deus a escolheu, porque se declarou seu Pai e a uniu a si mesmo. Por isso Deus ama a sua Igreja e cuida dela, já que, seguramente, a morte de Cristo produz frutos<sup>22</sup>. Aqui é encaixada a famosa teoria da dupla predestinação, que, do meu

<sup>11</sup> in Jesús Larriba, 1975, p.107.

<sup>12</sup> IRC, 1981, II, IX, 4.

<sup>13</sup> João Calvino, S. Job 9, 29 in Calvini Opera (“Corpus Reformatorum”), 33, p.458, citado por Jesús Larriba, 1975, p.107.

<sup>14</sup> IRC, 1981, II, IX, 4.

<sup>15</sup> João Calvino, 1987, p. 577.

<sup>16</sup> João Calvino, Commentary on the Acts of Apostles, 1998, p. 672.

<sup>17</sup> João Calvino, Commentary on the Prophet Isaiah. Vol.2, 1998, p. 307.

<sup>18</sup> IRC, 1981, III, XXIII, 12.

<sup>19</sup> IRC, 1981, III, XXII, 2.

<sup>20</sup> IRC, 1981, III, XXII, 3.

<sup>21</sup> João Calvino, Commentary on the Prophet Malachi, 1998, p. 13.

<sup>22</sup> IRC, 1981, IV, I, 2.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

ponto de vista, tem sido mal interpretada por muitos estudiosos já que muitas vezes é defendido que, independentemente das obras, o ser humano já está marcado para um fim, seja a salvação ou a condenação. O que Calvino afirma é que não entenderemos “que a nossa salvação provém e emana da fonte da gratuita misericórdia de Deus, enquanto não compreendermos a sua eterna eleição”<sup>23</sup>. Isto é, o crente é escolhido por graça, como o foi Israel, não pelas obras. Por outro lado, para o reformador predestinação é o ‘eterno decreto de Deus, pelo qual determinou o que quer fazer a cada um dos Homens’. E, tendo em conta que “quando atribuímos a Deus a presciência, queremos dizer que todas as coisas estiveram e estarão sempre diante dos seus olhos, de modo que no seu conhecimento não há pretérito nem futuro, mas todas as coisas lhe estão presentes”<sup>24</sup>. Então, em Calvino, predestinação é o que Ele faz, a cada momento, com o ser humano, acompanhando-o em todos os caminhos que percorre. Estando Deus em todo o tempo, crendo o cristão que a eleição é de Deus, e havendo pessoas que têm fé em Cristo e outras que não, então chega-se à doutrina da predestinação que é, antes de tudo, uma doutrina prática que serve para reforçar a de ‘só a graça’ e ao mesmo tempo providenciar o fundamento para a eclesiologia<sup>25</sup>.

Mas como afirma M. Gutiérrez Marín, o próprio reformador não insiste nesta doutrina (que não é um dogma), mas expõe-na como uma de tantas ideias na Instituição. Por outras palavras, o que a predestinação trata é da eleição eterna da graça, ou seja, da doação da graça de que Deus livre e soberanamente concede e denega<sup>26</sup>.

### *A verdadeira Igreja*

A Igreja invisível está, pelo referido, composta por quem foi especialmente eleito mediante a vocação interior. Esta é a Igreja que só Deus conhece<sup>27</sup>, “porque Ele conhece e têm assinalados aqueles que não O conhecem, nem a si mesmos”<sup>28</sup>. Na realidade o ser humano não pode ter a certeza de quem pertence, ou não, a este grémio, contudo há ‘uma certa maneira de conhecer’: Deus deu-nos “um juízo de caridade pelo

<sup>23</sup> IRC, 1981, III, XXI, 1.

<sup>24</sup> IRC, 1981, III, XXI, 5.

<sup>25</sup> Justo L. González, 1993, p.165.

<sup>26</sup> 1971, p.228.

<sup>27</sup> IRC, 1981, IV, I, 7.

<sup>28</sup> IRC, 1981, IV, I, 8.

que reconhecemos como membros da Igreja aqueles que pela confissão de fé, pelo exemplo de vida e pela participação nos sacramentos, reconhecem o mesmo Deus e o mesmo Cristo que nós<sup>29</sup>.

Por sua parte, a Igreja visível é aquela que se pode conhecer e tocar, “aquela em que ninguém é recebido senão os filhos adotivos de Deus e membros autênticos de Cristo pela santificação do Espírito Santo”; aquela que é constituída por seres humanos com a mesma profissão de honrar a Deus e a Jesus Cristo, que confessam a sua união com a verdadeira doutrina pela Santa Ceia e que consentem a Palavra de Deus<sup>30</sup>. Esta é a Igreja constituída pelos bons e pelos hipócritas já que “segundo a oculta predestinação de Deus, há muitas ovelhas fora e muitos lobos dentro”<sup>31</sup>. A Igreja visível é por isso ‘uma expressão útil e necessária’ da Igreja invisível e “enquanto permanecermos nesta vida a Igreja visível há-de ser a nossa”<sup>32</sup>. Os cristãos não devem, por isso, abandonar a Igreja visível procurando a Igreja invisível, porque “fora do grémio da Igreja não há remissão de pecados nem salvação”, e isto porque “não há outro caminho para chegar à vida senão que sejamos concebidos no ceio desta mãe [Igreja visível]”<sup>33</sup>.

Por isso, ainda que a eclesiologia de Calvino se ocupe da Igreja visível (que passarei a denominar unicamente por Igreja), a Igreja invisível está na sua base já que a primeira é sinal da segunda<sup>34</sup>. Os dois sinais da ‘verdadeira’ Igreja são, com base em Mateus 18:20, a pregação sincera da Palavra de Deus e a administração dos sacramentos conforme a instituição de Jesus Cristo<sup>35</sup>. Neste âmbito, o reformador ataca aos anabaptistas que defendiam que a santidade dos membros era suficiente para garantir a existência da verdadeira

Igreja<sup>36</sup>, e ao mesmo tempo ataca os católicos romanos que defendiam possuir a verdadeira apostolicidade. Contra os anabaptistas, Calvino defende que a verdadeira Igreja não se vê pela santidade dos membros, mas sim pela santidade da sua Cabeça (que a vai melhorando cada dia) e na promessa que os eleitos receberam<sup>37</sup>. Contraria-

<sup>29</sup> IRC, 1981, IV, I, 8.

<sup>30</sup> IRC, 1981, IV, I, 7.

<sup>31</sup> IRC, 1981, IV, I, 8.

<sup>32</sup> Justo L. González, 1993, p.166.

<sup>33</sup> IRC, 1981, IV, I, 7.

<sup>34</sup> IRC, 1981, IV, I, 9.

<sup>35</sup> IRC, 1981, IV, I, 4.

<sup>36</sup> IRC, 1981, IV, I, 13.

<sup>37</sup> IRC, 1981, IV, I, 17.

Luís DE MATOS – A Ecclesiologia em João Calvino

mente ao que os católicos romanos defendiam, Calvino diz que Roma não é a verdadeira Igreja porque “tem um governo perverso, forjado de mentiras e falsidades, que obscurece a claridade da doutrina”<sup>38</sup>, e que a verdadeira apostolicidade não vem da imposição das mãos mas sim da pregação da doutrina dos apóstolos<sup>39</sup>. Contudo, apesar do reformador considerar o Papa o principal dirigente do reino do Anticristo<sup>40</sup>, encontra na Igreja de Roma vestígios da verdadeira Igreja, principalmente no Baptismo que, como a circuncisão entre os judeus, nunca pode ser profanada por mãos impuras<sup>41</sup>. Ou seja, para o reformador podia haver verdadeira Igreja em algumas congregações que se encontravam em comunhão com Roma, já que ‘por vezes são derrubados edifícios, mas ficam os alicerces’<sup>42</sup>.

Assim, “onde quer que se escute com reverência a pregação do Evangelho, e não se menospreze os sacramentos, aí pode haver uma forma de Igreja, da que ninguém pode duvidar, e não é lícito a ninguém depreciar a sua autoridade, ou fazer caso omissos das suas admoestações, nem contradizer os seus conselhos, ou burlar-se das suas correções. Muito menos será lícito afastar-se dela e romper a sua união”<sup>43</sup>. Para Calvino é onde se encontrarem as chaves do Reino – a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos –, que se encontra a Igreja, e afastar-se dela é o mesmo que trair a Cristo, porque a Igreja é o reino de Cristo<sup>44</sup>. Sendo a Igreja a guardiã da verdade de Deus no mundo, quem se afasta da Igreja viola com a sua infidelidade ‘o matrimónio que o Unigénito Filho de Deus achou por bem realizar conosco’<sup>45</sup>. Mas atenção que para Calvino não é suficiente possuir o título de ‘Igreja’ porque este não é um título ad eternum, há que estar constantemente sob o exame da regra que Deus nos deu como pedra de toque. A Igreja, para o ser, deve estar sob a ordem da sua Palavra e dos seus sacramentos<sup>46</sup>, isto é o mesmo que dizer que a congregação deve estar sob os laços da sã doutrina e do amor fraternal<sup>47</sup>.

<sup>38</sup> IRC, 1981, IV, II, 2.

<sup>39</sup> IRC, 1981, IV, II, 12.

<sup>40</sup> IRC, 1981, IV, II, 3.

<sup>41</sup> IRC, 1981, IV, II, 11.

<sup>42</sup> IRC, 1981, IV, I, 10.

<sup>43</sup> IRC, 1981, IV, II, 11.

<sup>44</sup> IRC, 1981, IV, II, 4.

<sup>45</sup> IRC, 1981, IV, I, 11.

<sup>46</sup> IRC, 1981, IV, I, 10.

<sup>47</sup> IRC, 1981, IV, II, 5.



---

*Os ministros da Igreja*

---

Segundo Calvino, o Senhor poderia governar a sua Igreja sem a ajuda humana, exercendo esse governo por meio da sua Palavra. No entanto, como não habita visivelmente entre os seres humanos, usa os ministros como instrumentos mostrando os seus amistosos sentimentos, já que os escolhe como embaixadores da sua vontade no mundo aos seres humanos; servindo de exercício de humildade ao ser humano, já que assim o acostuma a obedecer à sua Palavra, (porque “se Ele mesmo falasse desde o céu, não seria maravilha que todo o mundo aceitasse a sua vontade com temor e reverência”<sup>48</sup>); e mantendo a caridade fraterna entre os seres humanos mediante este vínculo: “que um seja constituído pastor para ensinar aos demais, e que estes recebam a doutrina e a instrução dele”<sup>49</sup>.

Calvino, seguindo uma das listas de Paulo (Ef.4:11s), diz que este serviço esteve no princípio dividido em diferentes ofícios: “constituiu a uns, apóstolos; outros, profetas; outros, evangelistas; outros, pastores e mestres, para a edificação do corpo de Cristo”<sup>50</sup>. Assim mostra que o ministério dos Homens é o nervo principal para unir os crentes num corpo, e que a Igreja não se pode conservar na sua perfeição se não é auxiliada pelos meios que o Senhor deu para a sua conservação<sup>51</sup>. Não obstante a importância de todos os ofícios, “não há na Igreja vocação nem dignidade mais excelente que o ministério do Evangelho, posto que é o ministério do Espírito, da salvação e da vida eterna (2Cor. 3:6; 8:4.6)”<sup>52</sup>. Essa mesma dignidade, dos ministérios da Palavra, ficou plasmada na Bíblia pelas palavras do profeta quando exclama “quão suaves são os pés do que anuncia as boas novas” (Is.52:7), ou quando o mesmo Senhor os chama ‘luz do mundo’ e ‘sal da terra’ (Mt. 5:13.14)<sup>53</sup>. Aos apóstolos não lhes foi colocado limite, pelo contrário, o Senhor enviou-os para ao mundo para que todos Lhe obedecessem, para semear o Evangelho, para levar o seu Reino a todas as nações, para colocar em todo o lugar os fundamentos da Igreja. Seguiam-nos em ofício e dignidade os profetas, que foram aqueles que receberam a revelação particular. A estes seguiam-se os evangelistas, que faziam as vezes dos

---

<sup>48</sup> IRC, 1981, IV, III, 1.

<sup>49</sup> IRC, 1981, IV, III, 1.

<sup>50</sup> IRC, 1981, IV, III, 1.

<sup>51</sup> IRC, 1981, IV, III, 2.

<sup>52</sup> IRC, 1981, IV, III, 3.

<sup>53</sup> IRC, 1981, IV, III, 3.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

apóstolos na sua ausência (ainda que em grau de ofício e dignidade inferior). Estes são, para Calvino, os ministérios da Igreja apostólica, que foram instituídos para criar Igrejas onde não existiam. Portanto, estes ofícios representam um ministério extraordinário.

Contudo há aqueles ministérios que são necessários em todos os tempos. Assim aparecem os pastores e mestres (ou doutores), dos quais a Igreja não pode prescindir, estes são os presbíteros da Igreja. A diferença entre estes ofícios é que os doutores somente têm como função expor a Escritura, não tendo a seu cargo nem a disciplina, nem a administração dos sacramentos, nem as exortações ou os avisos<sup>54</sup>. Estas funções pertencem ao ofício de pastor que, para além de compreender a pregação do Evangelho e a administração dos sacramentos, têm por objectivo presidir à Igreja em forma tal que a sua dignidade não permaneça ociosa e haja paz. Assim, o pastor está obrigado a servir de exemplo à Igreja. Isto é, a sua vocação deve ser regida pela autoridade pública da Igreja, não por interesses particulares, já que “tudo o que os apóstolos realizaram por todo o mundo, cada pastor está obrigado a fazê-lo na igreja para a qual é enviado”<sup>55</sup>.

Para além dos ministérios da Palavra descritos até ao momento, há mais duas classes de ofícios que segundo Calvino são perpétuos: o governo e o cuidado aos pobres<sup>56</sup>. Os governantes devem ser os anciãos de entre o povo escolhidos para assistir ao bispo (presbítero entre presbíteros), nas admoestações, e para manter o povo na disciplina, porque já no princípio (Rom.12:8) cada comunidade tinha o seu consistório de homens piedosos, prudentes e de boa vida, revestidos de autoridade para corrigir os vícios<sup>57</sup>. A assistência aos pobres, por sua parte, foi entregue aos diáconos (Act.6:3). Estes estão divididos entre aqueles que servem a Igreja administrando e distribuindo os bens aos pobres, e os que assistem os doentes e os necessitados<sup>58</sup>.

Dado que a vocação interna só é conhecida pelo ministro e por Deus<sup>59</sup>, Calvino coloca o peso da decisão na chamada pessoal de cada um. Assim, “para que alguém possa ser legítimo ministro da Igreja é necessário que seja chamado devidamente (Heb.5:4) e que logo responda à sua vocação, isto é, que cumpra bem o cargo que aceitou”<sup>60</sup>.

<sup>54</sup> IRC, 1981, IV, III, 4.

<sup>55</sup> IRC, 1981, IV, III, 7.

<sup>56</sup> IRC, 1981, IV, III, 8.

<sup>57</sup> IRC, 1981, IV, III, 8.

<sup>58</sup> IRC, 1981, IV, III, 9.

<sup>59</sup> IRC, 1981, IV, III, 11.

<sup>60</sup> IRC, 1981, IV, III, 10.



A eleição dos pastores terá lugar por acção conjunta da Igreja, ou seja, da congregação local na qual o pastor irá servir, e dos pastores das outras congregações locais<sup>61</sup>. Isto indica que para o reformador a Igreja não é uma superestrutura que abarca tudo, mas que está fundada na congregação local. Cada igreja local elege os seus próprios pastores, que devem ser pessoas exemplares, tanto na doutrina como na própria vida, Homens capazes de levar as cargas que se colocam sobre os seus ombros, “adornados das graças e dos dons requeridos para o cumprimento do ofício”<sup>62</sup>, com a intenção de seguir a sã doutrina, baseada na pregação da Palavra e na correcta administração dos sacramentos. Contudo, para que as congregações locais não se afastem do ensino bíblico, estes pastores têm de ser aprovados pelos demais pastores já ordenados. Esta é a base eclesiástica para o governo da Igreja seguida pelas igrejas Reformadas.

---

### *A disciplina*

---

A administração da disciplina segue um padrão semelhante. A disciplina na Igreja é “como um freio com o que são detidos e domados os que se revoltam contra a doutrina de Cristo; ou como um aguilhão que estimula os que são negligentes e preguiçosos; ou às vezes, a modo de castigo paterno, para castigar com clemência e conforme a mansidão do espírito de Cristo aos que falharam gravemente”<sup>63</sup>. A Igreja pode então disciplinar aos seus membros mediante três fundamentos: as admoestações privadas, que é o primeiro passo que deve ser realizado pelos pastores ou em sentido mais amplo, pelos presbíteros; as admoestações públicas, que devem ter lugar quando ‘alguém obstinadamente deprecia as admoestações privadas’, e devem ser realizadas pelos mesmos pastores ou presbíteros, mas agora com testemunhas; e em casos repetitivos, ‘onde persiste a maldade’, a excomunhão<sup>64</sup>. A disciplina tem como propósito<sup>65</sup>: i) evitar a profanação do Corpo de Cristo na Ceia do Senhor, já que é um mistério sagrado que está sob a jurisdição da Igreja. Calvino defende que tanto é culpado aquele que profana o sacramento com o seu exemplo de vida, como aquele que sabendo da indignidade do que se aproxima da mesa do Se-

---

<sup>61</sup> IRC, 1981, IV, IV, 10.

<sup>62</sup> IRC, 1981, IV, III, 12.

<sup>63</sup> IRC, 1981, IV, XII, 1.

<sup>64</sup> IRC, 1981, IV, XII, 2.

<sup>65</sup> IRC, 1981, IV, XII, 5.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

nhor, o aceita; isto ocorre porque a santa Igreja de Deus não é um agrupamento de seres humanos ímpios e malvados; ii) evitar a corrupção do resto da Igreja. Como é inclinação do ser humano afastar-se do bem, os maus exemplos poderiam incitá-lo a ir por maus caminhos; iii) chamar o pecador ao arrependimento, já que o ser humano confundido pela vergonha do pecado pode começar a arrepender-se.

Pelo referido, a disciplina deve ser exercida de acordo com a falta cometida. Os delitos, ou faltas ligeiras, não devem ser tratados com severidade, mas sim “com repreensão de palavra, feita afável e paternalmente”<sup>66</sup>. Ao contrário, os crimes, ou pecados graves, devem ser tratados com severidade, quer dizer, deve afastar-se a pessoa da Ceia do Senhor por algum tempo até que se arrependa, e se humilhe diante Deus<sup>67</sup>. Contudo, este não é um princípio a aplicar só a alguns, todos estão submetidos a ela, ricos ou pobres, já que Cristo é o Rei dos reis<sup>68</sup>.

A disciplina da Igreja deve ser administrada conjuntamente pelos pastores e pelos demais membros das congregações. Assim a excomunhão nunca pode ser um capricho, mas deve ter a aprovação da congregação. Deste modo não há dúvida de que é Ele que preside o juízo<sup>69</sup>. Muito importante no exercício da disciplina é manter sempre em mente que o seu objectivo é corrigir o pecador, por isso há limites que devem ser respeitados e cumpridos. Usando as palavras de São Cipriano, “desejo que todos voltem à Igreja; desejo que todos os nossos companheiros se encerrem no regaço de Cristo e de Deus Pai Todo-poderoso; [...] abraço com amor pronto e inteiro aos que com arrependimento voltam, confessando o seu pecado com humilde e simples satisfação”<sup>70</sup>. Portanto, há que corrigir os pecadores com clemência e não com sumo rigor. Não se pode condenar à morte eterna uma pessoa que está nas mãos e na vontade de Deus, posto que a autoridade para julgar pertence somente a Ele, o crente unicamente pode estimar as obras segundo a Palavra que lhe é dada<sup>71</sup>. Outro tipo de disciplina, que não se contém propriamente na potestade das chaves, é a exortação a jejuns ou orações solenes, ou outros exercícios de humildade, de penitência e de fé. Ainda que não venham prescritos na Palavra de Deus, Calvino defende que são práticas proveitosas<sup>72</sup>. Os fins dos jejuns são preparar

<sup>66</sup> IRC, 1981, IV, XII, 6.

<sup>67</sup> IRC, 1981, IV, XII, 6.

<sup>68</sup> IRC, 1981, IV, XII, 7.

<sup>69</sup> IRC, 1981, IV, XII, 7.

<sup>70</sup> Cartas, LIX, 16 in IRC, 1981, IV, XII, 8.

<sup>71</sup> IRC, 1981, IV, XII, 9.

<sup>72</sup> IRC, 1981, IV, XII, 14.

a oração, poder meditar nas coisas santas ou uma oportunidade de se humilhar diante de Deus<sup>73</sup>, e isto deve vir sempre acompanhado de oração<sup>74</sup>. O jejum não é, para Calvino, simplesmente uma privação de comida, mas também a sobriedade e a frugalidade com que cada um rege a sua vida<sup>75</sup>, porque “nada aborrece mais a

Deus, que os Homens, pondo diante dos seus olhos certos sinais exteriores em lugar da inocência do coração, procurem enganar-se a si próprios. [...] Assim pois, o jejum dos hipócritas não é somente um esforço inútil e supérfluo, como também é uma grandessíssima abominação”<sup>76</sup>. Quer dizer que para o reformador o jejum é somente um meio de alcançar o fim, não é em si mesmo uma obra necessária.

---

### *A Palavra*

---

O ‘Verbo de Deus’ é para Calvino o termo que serve para designar o Filho-Lógos, é a ‘sabedoria que perpetuamente reside em Deus, da qual todas as revelações e profecias procederam’. Baseando-se em Hebreus 1:2, Calvino defende que o mundo foi criado por Deus e que é Ele que sustém todas as coisas por meio da sua Palavra, que é a vontade e o mandato do Filho. Para o reformador “ela mesmo [a Palavra] é Deus”<sup>77</sup>.

Para resistir à incredulidade a que a vida chama, o crente tem de armar-se com a Palavra de Deus, Palavra que uma vez falada deixa sempre a sua semente no coração de quem a ouve, produzindo fruto semelhante a si mesma<sup>78</sup>. Segundo Calvino, a Palavra não só é verdade revelada, como é acontecimento salvífico, já que para além de oferecer ao ser humano o objecto da fé, que é Cristo, ela mesmo engendra a fé iluminando a mente do crente<sup>79</sup>. Isto quer dizer, o Senhor não deixa de usar o instrumento que é a sua Palavra para realizar a sua obra nos fiéis<sup>80</sup>. Se não se reconhece isto, se não se lhe dá fé e crédito, então não se dá à Palavra a autoridade que ela merece<sup>81</sup>. Mas se esta é fruto efi-

<sup>73</sup> IRC, 1981, IV, XII, 15.

<sup>74</sup> IRC, 1981, IV, XII, 16.

<sup>75</sup> IRC, 1981, IV, XII, 18.

<sup>76</sup> IRC, 1981, IV, XII, 19.

<sup>77</sup> IRC, 1981, I, XIII, 7.

<sup>78</sup> IRC, 1981, III, II, 21.

<sup>79</sup> João Calvino, *Commentary on the Epistle to the Romans*, 1998, p. 311.

<sup>80</sup> IRC, 1981, II, V, 5.

<sup>81</sup> IRC, 1981, III, XX, 51.

Luís DE MATOS – A Ecclesiologia em João Calvino

caz, também pode ser semente estéril se cai numa cerviz dura. O reformador sublinha que apesar da Palavra permitir que os mensageiros do Evangelho possam prometer a todos a remissão dos pecados, em Cristo e por fé<sup>82</sup>, e apesar de lhes dar autoridade para ensinar ou mandar<sup>83</sup>, ela não vale mais por ser o ministro a pregar porque é “Deus que lhe dá o crescimento” (1Cor.3:7)<sup>84</sup>. Num ataque à Igreja de Roma, Calvino diz que esta não é verdadeira Igreja porque não honra nem está fundada na

Palavra de Deus, mas sim nas opiniões de homens e no sacerdócio<sup>85</sup>.

Através da sua Palavra, dada aqueles que não a merecem, Deus mostra a sua bondade, uma bondade que pretende chamar todos para o seu caminho, e que é o primeiro passo para que o chamem de Pai<sup>86</sup>. Andar na sua Palavra é bem seguro e deleitoso<sup>87</sup>, mas se a fé se afasta um pouco que seja desse alvo, perde a sua natureza, e em vez de fé reduz-se a uma confusa incredulidade, a um erro de entendimento. Ao retirar-se a Palavra ao ser humano este fica sem fé. Para que isso não aconteça Deus, servindo-se da ajuda do ministério do Homem, ou simplesmente actuando em virtude da sua potência, leva a Palavra ao seu povo, e isto porque não é suficiente que o ser humano saiba que existe Deus, mas deve conhecer a sua vontade<sup>88</sup>.

Para o reformador, assim como ‘os apóstolos estiveram firmes na sua pregação, compreendendo que Cristo era o autor da sua doutrina, e ainda que corporalmente não o vissem na terra, tinham-no no céu para confirmar a verdade da sua doutrina’, também a Igreja e os seus ministros devem ser conscientes que Cristo não deu o poder das chaves do Reino aos homens, mas sim à sua Palavra<sup>89</sup>. Esta é da autoria de Deus e, devido ao Espírito Santo, não ficará sem fruto<sup>90</sup>. É assim que Calvino chega à definição de sacramento como a união da

Palavra e do símbolo<sup>91</sup>, ou seja, essa Palavra que é pregada faz saber o que significa o signo visível.

<sup>82</sup> IRC, 1981, III, IV, 21.

<sup>83</sup> IRC, 1981, IV, VIII, 2.

<sup>84</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 11.

<sup>85</sup> IRC, 1981, IV, II, 4.

<sup>86</sup> IRC, 1981, III, XXIV, 3.

<sup>87</sup> IRC, 1981, III, XXIV, 4.

<sup>88</sup> IRC, 1981, III, II, 6.

<sup>89</sup> IRC, 1981, IV, XI, 1.

<sup>90</sup> IRC, 1981, IV, I, 6.

<sup>91</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 4.

---

## *Os sacramentos*

---

Os sacramentos são para Calvino as ‘colunas da fé’, ou por outras palavras, a fé descansa na Palavra de Deus mas, quando se lhe juntam os sacramentos, esta encontra apoio ainda mais firme<sup>92</sup>. Outra imagem que o reformador usa é a dos sacramentos como selos. Os selos por si só de nada valem, contudo são eles que confirmam e selam o conteúdo do documento. Isto é, os sacramentos trazem promessas claríssimas que levam o crente a não se deter no que vê, mas a elevar-se e contemplar os sublimes mistérios encerrados em si<sup>93</sup>. Sendo promessa de Deus, signos da sua benevolência, garantias da sua salvação, os sacramentos só podem ser instituídos por Ele já que “não é próprio da potência humana fazer que tão grandes mistérios de Deus sejam encerrados debaixo de coisas tão vis”<sup>94</sup>.

Como refere Jesús Larriba, a Palavra só se diferencia do mesmo sacramento por ser promessa pronunciada oralmente, enquanto o sacramento é ‘palavra visível’, representada<sup>95</sup>. Ao negar a eficácia dos sacramentos, como defendiam os radicais, diz-nos Calvino que também se está a negar o poder da Palavra<sup>96</sup>. E negar um dos dois é negar a acção do Espírito, ou seja, é negar que o próprio Deus os tenha instituído<sup>97</sup>. Para o reformador, ainda que um dos propósitos dos sacramentos seja servir de testemunho ao mundo, este não deixa de ser uma função secundária, já que a sua função principal é fortalecer a fé de quem participa neles<sup>98</sup>.

Mas se os radicais não estão certos, tão pouco estão os católico romanos ao defenderem que os sacramentos concedem a graça de Deus por si mesmos. O seu erro é não aceitar que “a santificação invisível pode existir sem o signo visível; e ao contrário, que o signo visível pode dar-se sem a verdadeira santificação”<sup>99</sup> como defendia Santo Agostinho. Isto é, que a graça com que os membros de Cristo são regenerados não é comum a todos. Ainda que a realidade do sacramento seja

---

<sup>92</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 6.

<sup>93</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 5.

<sup>94</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 5.

<sup>95</sup> 1975, p. 199.

<sup>96</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 7.

<sup>97</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 9.

<sup>98</sup> Justo L. González, 1994, p. 170.

<sup>99</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 14.

*Luís DE MATOS – A Ecclesiologia em João Calvino*

vida para todos, e não morte, o sacramento é oferecido a uns para vida e a outros para morte<sup>100</sup>.

Em resumo, Cristo é a substância dos sacramentos, pelo que estes tendem a eliminar tudo o que possa forjar o entendimento humano. O que prometem e concedem não é outra coisa senão Cristo<sup>101</sup>. “O que o ministro significa com a acção externa e a figura, Deus interiormente o cumpre, para que não se atribua ao homem mortal o que Ele apropria como exclusivamente seu”, porque, “sem a santificação da graça invisível de que servem os sacramentos visíveis?”<sup>102</sup>.

Segundo Calvino, no Antigo Testamento podem encontrar-se igualmente sacramentos, como a circuncisão, as purificações e os sacrifícios. Estes foram os sacramentos para os judeus até à vinda de Cristo, mas depois foram abolidos ficando somente dois: o Baptismo e a Eucaristia. Os sacramentos mosaicos tinham o mesmo objectivo que os cristãos: encaminhavam os seres humanos a Cristo, “ou seja, representavam-no como imagens e davam-no a conhecer”<sup>103</sup>. A única diferença era que “figuravam a Cristo prometido, quando ainda se o esperava; enquanto que os nossos sacramentos atestam que já veio”<sup>104</sup>. Os dois sacramentos instituídos tiveram por base a promessa de Deus e não a vontade do ser humano<sup>105</sup>. Assim é confirmado pelos pais da Igreja quando falam dos sinais que devem ser testemunho da graça de Deus: o Baptismo e a Eucaristia<sup>106</sup>. Ou seja, para o reformador tanto os sacramentos do Antigo Testamento como os do Novo Testamento dão testemunho da paternal benevolência de Deus em Cristo, e das graças do Espírito Santo. Contudo, os dos cristãos apresentam-se de maneira mais excelente e abundante, pelo que, ambos não diferem senão no grau<sup>107</sup>.

O Baptismo tem para Calvino um propósito duplo: servir a fé e servir de confissão dessa mesma fé diante os demais<sup>108</sup>. O Baptismo é então um sinal verdadeiro da remissão dos pecados de uma vez e para sempre<sup>109</sup>, e da morte e ressurreição do crente com Cristo<sup>110</sup>, assim como

<sup>100</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 15.

<sup>101</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 16.

<sup>102</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 17.

<sup>103</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 20.

<sup>104</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 20.

<sup>105</sup> IRC, 1981, IV, XIX, 2.

<sup>106</sup> IRC, 1981, IV, XIX, 3.

<sup>107</sup> IRC, 1981, IV, XIV, 26

<sup>108</sup> IRC, 1981, IV, XV, 1.

<sup>109</sup> IRC, 1981, IV, XV, 3.

<sup>110</sup> IRC, 1981, IV, XV, 5.



da sua união com Ele<sup>111</sup>. Contudo, o cristão não tem licença para pecar livremente depois do Baptismo já que participando da morte e ressurreição de Cristo, deve morrer para o pecado e viver em justiça<sup>112</sup>. Agora, isto não é o mesmo que dizer que o crente não é pecador, porque “em todas as partes do nosso ser e da nossa natureza estamos manchados e pervertidos, e por essa corrupção estamos justamente condenados e convictos de culpabilidade diante de Deus”<sup>113</sup>. O que o Baptismo faz é assegurar que o crente está livre dessa condenação.

Este ofício é parte do ministério público que Jesus Cristo encomendou aos apóstolos, por isso deve ser administrado somente pelos ministros da Igreja<sup>114</sup>. Mas isso não quer dizer que a validade do Baptismo provenha daquele que o administra, porque “não somos batizados no nome de nenhum mortal, mas sim em nome do Pai, do Filho, e do Espírito Santo (Mt.28:19); e portanto, o Baptismo não é do Homem, mas de Deus, seja quem for que o ministra”<sup>115</sup>. Contra os anabatistas e a sua renúncia a baptizar crianças, o reformador defende que os pais tiveram na circuncisão a mesma promessa espiritual que o crente através do Baptismo<sup>116</sup>. Relativamente ao mistério interno estas duas cerimónias são iguais, a diferença está nas cerimónias externas<sup>117</sup>. Para o reformador todos os que crêem na promessa de Deus, de querer dar misericórdia à sua descendência, devem baptizar os seus filhos para que recebam o signo dessa mesma misericórdia. O proveito que as crianças recebem é que a Igreja os recebe como membros seus, possibilitando-lhes crescer na entrega do serviço a Deus<sup>118</sup>. Mas para Calvino não era suficiente ser baptizado para entrar na Ceia, para isso era necessário ‘ser capaz de um alimento mais sólido’, quer dizer com isto, “a circuncisão, que evidentemente corresponde ao nosso Baptismo, aplica-se às crianças (Gen.17:12), mas o cordeiro pascal não se dava a todos indistintamente, mas sim às crianças capazes de perguntar pelo sentido do rito (Ex.12:26)”<sup>119</sup>. Em quanto ao modo como se há-de administrar o Baptismo, o reformador aceita a imersão e a aspersão, o que para ele realmente importa é que os cristãos se limitem ao que se lê no

<sup>111</sup> IRC, 1981, IV, XV, 6.

<sup>112</sup> IRC, 1981, IV, XV, 5.

<sup>113</sup> IRC, 1981, IV, XV, 10.

<sup>114</sup> IRC, 1981, IV, XV, 20.

<sup>115</sup> IRC, 1981, IV, XV, 16.

<sup>116</sup> IRC, 1981, IV, XVI, 3.

<sup>117</sup> IRC, 1981, IV, XVI, 4.

<sup>118</sup> IRC, 1981, IV, XVI, 9.

<sup>119</sup> IRC, 1981, IV, XVI, 30.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

Novo Testamento, negando toda a pompa cerimonial acrescentada ao longo dos séculos.

A Ceia do Senhor é o outro sacramento do Novo Testamento, e tem por fim assegurar que Cristo é o pão da vida (Jo.6:51) com o qual as nossas almas são mantidas e sustentadas para a bem-aventurada imortalidade.

A Ceia é então um sinal visível da união com Cristo, mas em si mesma não produz essa união, esta é obra do Espírito<sup>120</sup>. A Ceia só tem significado se há fé no crente<sup>121</sup>, porque “o que o nosso entendimento não pode compreender recebe-o a fé”<sup>122</sup>. Com isto Calvino afirma que a Ceia é um mistério e que só a fé faz que, ao receber o signo do corpo de Cristo, o crente receba ao mesmo tempo o próprio corpo. O reformador distingue assim os sinais visíveis da realidade espiritual. Esta visão da Ceia do Senhor é conhecida hoje como Presença Real (de Cristo na Ceia).

Por tanto, i) o significado do sacramento consiste nas promessas impressas no signo, ii) a matéria ou substância é o próprio Cristo e iii) a virtude ou efeito no crente é a recepção da redenção, justiça, santificação e vida eterna. A nossa redenção foi comprada pelo corpo e sangue de Cristo, e é desse corpo e desse sangue que participamos na comunhão<sup>123</sup>. Para Calvino a doutrina Católica Romana da Transsubstanciação com a sua afirmação do poder das palavras de consagração, não passa de ‘conjuro mágico’, já que os seus opositores “não compreenderam o princípio do pão não ser sacramento, a não ser para os Homens aos quais se dirige a Palavra”<sup>124</sup>. Como o corpo de Cristo não está verdadeiramente nas espécies, porque encontra-se nas Escrituras que subiu ao céu, há que negar a adoração do sacramento em si<sup>125</sup>. Ou seja, a verdadeira adoração não deve ser ao signo, mas a Jesus Cristo que instituiu este sacramento mandando que os apóstolos o fizessem em sua memória<sup>126</sup>. Contudo, para não cair na interpretação meramente simbólica, acrescenta que ainda que o corpo de Cristo permaneça no céu, o Espírito leva-nos até Ele<sup>127</sup>. Também contra a doutrina Católica Romana, Calvino insiste na necessidade de devolver o cálice aos cren-

<sup>120</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 10.

<sup>121</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 5.

<sup>122</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 10.

<sup>123</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 11.

<sup>124</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 15.

<sup>125</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 35-36.

<sup>126</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 37.

<sup>127</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 31.

tes, já que “o édito e disposição do Deus eterno é que todos bebam”<sup>128</sup>, porque ‘ao suprir uma das partes do sacramento o ser humano não se encontra mais do que com metade do seu sustento’. Isto o demonstrou Jesus ao ordenar que todos bebessem do cálice<sup>129</sup>.

Mas quando se tenta compreender o mistério da Eucaristia, em última instância, há que assumir a postura de Calvino,

Porque eu mesmo, sempre que trato desta matéria, depois de me esforçar em dizer o quanto me é possível, creio que digo sempre pouco [...] Não nos resta mais do que admirar e adorar este mistério, que nem o entendimento pode compreender, nem a língua pode declarar<sup>130</sup>.

### *O poder da Igreja e a potestade civil*

O reformador dedica a este tema o último capítulo do último livro da Instituição. Como refere Justo L. González<sup>131</sup>, este era um tema de vital importância para Calvino, já que durante a sua estadia em Genebra tinha lutado constantemente para conseguir uma maior independência para as autoridades eclesiásticas relativamente ao governo civil. Assim resume o reformador a sua tese,

Para não tropeçar nesta pedra, advirtamos em primeiro lugar que há um duplo regime do homem: um espiritual, mediante o qual se instrui a consciência na piedade e no culto a Deus; o outro político, pelo qual o homem é instruído nas suas obrigações e deveres de humanidade e educação que devem presidir as relações humanas. Correntemente chama-se jurisdição espiritual e jurisdição temporal; nomes muito apropriados, com os que se dá a entender que a primeira classe de regime se refere à vida da alma, e a outra classe aplica-se às coisas deste mundo; não só para manter e vestir os homens, mas também para preservar leis mediante as quais possam viver com os seus semelhantes, santa, honesta e modestamente<sup>132</sup>.

No último capítulo da Instituição o reformador diz aos cristãos como se devem relacionar com o estado, já que ‘o reino espiritual de

<sup>128</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 47.

<sup>129</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 50.

<sup>130</sup> IRC, 1981, IV, XVII, 7.

<sup>131</sup> 1994, p. 177.

<sup>132</sup> IRC, 1981, III, XIX, 15.

Luís DE MATOS – A Eclesiologia em João Calvino

Cristo e o poder civil são coisas bem diferentes entre si<sup>133</sup>. Assim, Calvino nega a teoria anabaptista de que o estado é coisa 'imunda e que não convém aos cristãos' já que 'o fim do governo temporal é manter e conservar o culto divino externo, a doutrina e a religião na sua pureza, o estado da Igreja na sua integridade, fazer viver com justiça, instruir numa justiça social, manter e conservar a paz e a tranquilidade comuns'<sup>134</sup>. Ou seja, para o reformador o governo civil, que tem um mandato de Deus, que é autorizado e entronizado por Ele<sup>135</sup>, faz com que 'exista humanidade entre os homens'<sup>136</sup>. Mas para Calvino o governo civil não tem só direitos, tem também grandes deveres. Ao chamar aos magistrados 'vigários de Cristo' chega a defender que "se em algo falham, não injuriam somente os homens, a quem injustamente atormentam, mas também a Deus, cujos sagrados juízos mancham"<sup>137</sup>. Relativamente aos maus governos o reformador também é claro no seu argumento: deve-se também obediência aos governantes indignos porque são castigos de Deus<sup>138</sup>. Contudo, há duas exceções nas quais o cristão pode não obedecer aos governantes indignos: quando o povo deixa de ter magistrados que o defendam diante o tirano<sup>139</sup>, e quando o mandato ou requisito civil se opõe à Lei de Deus<sup>140</sup>.

---

### *Em conclusão*

---

A sistematização que o reformador realizou mostra a sua preocupação pastoral, preocupação que hoje devia ser levada a cabo pela Igreja. Ao ler Calvino à luz desse cuidado pastoral pode-se compreender que cada linha do seu trabalho não pretende mais do que criar uma sociedade mais justa, onde os cristãos sejam exemplos para a sociedade, onde cada um goze de Deus na sua vida. Se o cristão recebe as chaves do Reino em vida, a Palavra e os sacramentos, então pode ir ao mundo com a confiança de que não está só, de que Cristo é a sua força e que com o seu amor se pode mover montanhas. Mas se porventura a Igreja cai em dúvidas ou em períodos mais negros, en-

<sup>133</sup> IRC, 1981, IV, XX, 1.

<sup>134</sup> IRC, 1981, IV, XX, 2.

<sup>135</sup> IRC, 1981, IV, XX, 4.

<sup>136</sup> IRC, 1981, IV, XX, 3.

<sup>137</sup> IRC, 1981, IV, XX, 6.

<sup>138</sup> IRC, 1981, IV, XX, 25.

<sup>139</sup> IRC, 1981, IV, XX, 31.

<sup>140</sup> IRC, 1981, IV, XX, 32.

tão a disciplina exercida em comunidade dota os seus membros para a reconciliação. Como comunidade já não se vive debaixo do temor da condenação, mas sim sob a alegria da união com Cristo. Como comunidade os crentes podem então adorar a Deus.

GLÓRIA A DEUS!

### Bibliografia

#### Fontes primárias

Calvin, Jean. *The John Calvin Collection. The Ages Digital Library Commentary*. Albany, OR USA, Books for the Ages, Ages software, Version 1.0, 1998:

*Commentary on the Acts of Apostles. Calvin's Bible Commentaries.*

*Commentary on the Epistle to the Romans. Calvin's Bible Commentaries.*

*Commentary on the Prophet Isaiah. Vol.2. Calvin's Bible Commentaries.*

*Commentary on the Prophet Malachi. Calvin's Bible Commentaries.*

Calvin, Jean. *Institución de la Religión Cristiana*. Edición de 1536, traducida por Terán, Buenos Aires, Editorial La Aurora, Obras Clásicas de la Reforma, 1958.

Calvin, Jean. *Institución de la Religión Cristiana*. Edición de 1559, traducida por Valera, Rijswijk (Países Bajos), FELIRÉ, 1981.

#### Fontes secundárias

Cottret, Bernard. *Calvino. La Fuerza y la Fragilidad*. Madrid, Editorial Complutense, 2002.

González, Justo L. *Historia del Cristianismo. Desde la Era de la Reforma Hasta la Era Inconclusa. Tomo II*. Miami, Unilit, 1994.

González, Justo L. *Historia del Pensamiento Cristiano. Desde la Reforma Protestante Hasta el Siglo Veinte. Tomo 3*. Miami, Editorial Caribe, 1993

Larriba, Jesús. *Eclesiología y Antropología en Calvino*. Madrid, Ediciones Cristiandad, 1975.

Marín, M. Gutiérrez. *Calvino. Antología*. Tarrasa, Producciones Editoriales del Nordeste. 1971.

Wendel, François. *Calvin. Origins and Development of His Religious Thought*. Grand Rapids, Baker Book House Company, 2002.

